

Autuações começam em julho

Os empreendimentos ou casas residenciais que estiverem causando assoreamento ou erosões no Lago Paranoá serão autuados, a partir de julho, dentro dos rigores da publicação a ser lançada pelo Iema. Além da cobrança de multa, os infratores receberão o Plano de Recuperação das Áreas Degradadas, que detalhará ações que os possibilitarão recuperar as áreas degradadas. Além disso, os infratores de grandes terrenos ficarão responsáveis pela manutenção de Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as ARIEs.

O objetivo dos técnicos do Iema é exigir que, para cada árvore arrancada, o infrator tenha que plantar 20. "O documento explicará o que

deve ser feito para eliminar as causas de degradação, que espécies de plantas deverão ser plantadas, a época apropriada e demais detalhes técnicos", explica Fonseca.

Para chegar a conclusões precisas do Lago Paranoá e das margens, os técnicos do Iema estão produzindo catorze mapas com fotografias de satélites, que precisará todos as particularidades físicas dos terrenos. "Com o cruzamento das informações dos mapas, será possível dar orientação vocacional para o uso do solo, a utilização das águas, a proteção de reservas florestais, nascentes e matas de galerias", informa o coordenador de geoprocessamento dos mapas, José Ernesto Ferrante. (K.C.)